

Relatos de viajantes sobre a Ilha de Santa Catarina: um olhar econômico extrativista

Travelers' reports about Santa Catarina Island: an extractive economic look

Jéssica Tháise Gielow¹

Resumo: Valendo-se dos relatos de viajantes, este artigo busca analisar como estes estrangeiros percebiam a situação econômica do litoral de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e início do XIX. Ao fim desta análise, é possível compreender que tanto os relatos, quanto as viagens, tinham interesses estratégicos e econômicos por detrás.

Palavras-chave: Relatos de Viajantes; Viajantes; Ilha de Santa Catarina; Vanguarda Capitalista.

Abstract: Drawing on the reports of travelers, this article seeks to analyze how these foreigners perceived the economic situation of the coast of Santa Catarina, between the 18th and early 19th centuries. At the end of this analysis, it is possible to understand that both the reports and the travels had strategic and economic interests behind them.

Keywords: Traveler Stories; Travelers; Santa Catarina Island; Capitalist Vanguard.

Introdução

No século XV, com as grandes navegações, muitos dos Estados Nacionais começaram a financiar viagens marítimas a regiões até então desconhecidas ou pouco exploradas do globo. Essas expedições eram organizadas com interesses bastante claros: encontrar novos territórios e riquezas.

Influenciadas pelas transformações que ocorriam na Europa², as viagens marítimas ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX, embora não possamos tomá-las de maneira homogênea, apresentavam como objetivo principal a busca pelo conhecimento científico. Estados como a Grã-Bretanha, a França e o Império Russo, financiaram expedições com o interesse científico na descrição física e geográfica do globo, além do conhecimento de outros povos que habitavam esses espaços. Os viajantes também ficavam responsáveis por observar e “relacionar as possibilidades econômicas dos continentes”, que permitiria a essas nações estabelecerem contratos e acordos comerciais³. Suas considerações eram registradas nos chamados diários de viagens.

A literatura de viagem enquanto gênero literário está atrelada ao desenvolvimento do capitalismo, à ascensão da burguesia e à expansão do mercado europeu. Explicando sobre as

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail jessicagielow@hotmail.com.

2 Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Industrial.

3 ROSSATO, 2007, pp. 33,34,37 *apud* SCHEMES, Elisa Freitas. **A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. p.2.

transformações pelas quais a sociedade europeia passou durante os séculos XVII a XIX, Habermas (2015) argumenta que a ascensão da sociedade burguesa provocou a passagem da esfera íntima para o domínio público, acarretando o surgimento de uma história e uma escrita “social”. Essa mudança também influenciou a sensibilidade dos autores e de seus leitores que estavam interessados em descobrir, estudar e analisar as especificidades humanas, a partir de questões históricas, geográficas e etnológicas⁴.

A preocupação com o sentimento provocou um reenquadramento das questões, com uma ampliação dos objetos de estudos, aqui no caso o interesse pelo fator social, mas sem abdicar completamente do político. Assim, se a historiografia antiga se preocupava com as ações dos indivíduos, a historiografia e a escrita moderna passam a se interessar pelo sentimental, pelo subjetivo, pelo dia-a-dia, pela natureza, pela sociedade. Podemos dizer que era uma nova forma de se entender e também de se relacionar consigo e com os outros.

Essas transformações irão se manifestar na esfera literária, sujeita às mudanças do mercado consumidor e ao gosto da época. Em suma, é esse interesse ampliado pelo social que orientava o tipo de escrita que seria publicada, tendo em vista esse interesse da sociedade burguesa em mercantilizar as coisas⁵.

A expansão das tipografias e a comercialização de livros, proporcionou uma maior rentabilidade e agilidade no processo de impressão. Isso fez com o número de leitores se ampliasse e o hábito da leitura se tornasse popular⁶. Ao mesmo tempo, a expansão do conhecimento científico nos séculos XVII e XVIII, também levou a uma preocupação com representações mais realistas e confiáveis dos objetos de estudo. As nações comerciais, que estavam se afirmando no século XVIII, formavam uma audiência, onde o passado era objeto de intensa curiosidade.

Num período em que o “descobrimento” de novas áreas e culturas distintas, por parte dos europeus, era entendido como “novidade”, os diários de expedicionários e relatos dos que se aventuravam pela América, África ou Ásia, faziam bastante sucesso. Nesse cenário, e com o despontar do culto a ciência, as então colônias ou ex-colônias ganharam atenção especial,

4 HABERMAS, Jürgen. Estruturas Sociais da esfera Pública. In: _____. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015; ROSSATO, Luciana. Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 49, p.184.

5 HABERMAS, Ibidem.

6 SANTOS, F. V. dos: **"Brincos de ouro, saias de chita"**: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005.p.12.



tidas como locais de observação e de verificação da validade das teorias que surgiam na Europa⁷, como a Evolução das Espécies de Darwin, por exemplo.

É preciso salientar que no início do século XVIII poucos europeus conheciam a América por experiência própria. Esses novos leitores estavam intrigados para compreender como as formas de vida social contemporânea existiam, viviam e se desenvolviam anteriormente. Buscavam por uma valorização do passado e da natureza, num momento onde a paisagem europeia era transformada pela Revolução Industrial. Assim, os que não possuíam recursos para realizar essas viagens, faziam-na através dos livros⁸.

A reconstituição desse novo espaço, que não correspondia com a realidade desses leitores europeus, instigava a sua curiosidade, despertava seu entusiasmo ao lerem as obras. É respondendo a esse interesse que muitos viajantes se punham a escrever sobre o que viram e o que experienciaram. Em seus relatos, eles descreviam aspectos sociais, econômicos, políticos, naturais (flora, fauna, relevo, hidrografia) e até mesmo aspectos morais desses novos povos e territórios que iam conhecendo.

Toda essa profusão de temas, assuntos e os locais visitados, eram registrados em seus diários. Essas anotações serviam posteriormente para outros textos, como relatórios apresentados a seus pares em reuniões de Instituições Científicas e a construção dos Relatos de Viagens, os quais em geral eram organizados e editados depois do término das expedições e destinavam-se ao público em geral⁹.

Independentemente do relato, todos eles revelam mais sobre a cultura de quem os escreveu do que sobre o objeto, região ou povo descrito. Assim, o relato de viagem deve ser analisado com muito cuidado, visto que

Em grande parte das vezes, foram produzidos a partir de experiências de indivíduos deslocados de suas realidades de origem, que frequentaram a realidade de outrem. Com isso, tornam-se depositários de narrações sobre ocasiões e fatos históricos, muitas vezes vistos e vivenciados efetivamente. Por outro lado, nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes. Estas ações, nem sempre conscientes, podem resultar de um leque ilimitado de fatores interrelacionados, como, por exemplo, as influências advindas da formação cultural do viajante, os interesses

7 SANTOS, Ibidem. p.12.

8 SANTOS. Op. Cit.

9 ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário**: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822). Dissertação. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005a. p.9.



específicos envolvidos no empreendimento da viagem e da publicação do relato e até as opções e preferências do próprio autor¹⁰.

Além disso, muitos dos relatos foram escritos a partir do contato desses viajantes com elites locais, em alguns casos seus principais interlocutores. Essa distância cultural entre viajante observador e sujeito observado transparece nos relatos, fortemente marcados pela negociação e pela troca, na qual a Europa buscava conhecer sobre a América e as outras partes do globo.

O contato desses viajantes com uma elite local influenciava a escrita dos relatos, muitas vezes impondo uma visão equivocada ou ‘maquiada’ do que era observado. Esse fato não pode ser entendido enquanto falso ou mentiroso, justamente porque toda construção discursiva foi, e sempre será permeada por relações de poder, com propagação de determinadas ideias ou pontos de vista para a posteridade. Essa ação também se manifesta na memória, cujas algumas lembranças são absortas e arquivadas e outras são esquecidas e deletadas¹¹.

Entre os viajantes também era comum o hábito da leitura durante a preparação para as viagens. Esses aventureiros costumavam ler os relatos que já haviam sido publicados na Europa e, em alguns casos chegavam até mesmo a trocar correspondências. Isso nos leva a perceber que eles detinham um conhecimento prévio dos lugares que iriam, adquirido pela leitura de outros autores, fator que dava maior credibilidade aos seus relatos, e influenciava a venda de suas obras¹². Esse aspecto mostra que as representações, concepções e observações dos viajantes circulavam pela Europa e influenciavam-se mutuamente.

Outro ponto em comum entre os viajantes era o interesse pelo conhecimento. Conhecimento este ainda fragmentado e que ia sendo preenchido, cada vez mais, pelos esforços e investimentos empreendidos nessas viagens exploratórias¹³. Nos relatos eles descreviam a natureza, suas características e como eram aproveitadas pelos habitantes locais.

10 FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem**: reflexões sobre seu uso como fonte documental. Apresentação no seminário interno do Projeto Temático - Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX), 2009, p.9-10.

11 LE GOFF. Documento/Monumento. In. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992; RICOUER, Paul. “Fase documental: a memória arquivada”. In **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

12 No início do século XVIII, na Europa, questionava-se os relatos daqueles viajantes que não apresentavam uma pesquisa e um conhecimento mínimo sobre o que descreviam.

13 ROSSATO, Luciana. **A natureza da Capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, PR. 2005b, p.6.



Os viajantes buscavam um olhar voltado para o todo, por isso se dedicavam a retratar também as características da população, seu desenvolvimento tecnológico e as relações de trabalho¹⁴.

Esses estrangeiros viajantes tinham acesso a várias discussões que ocorriam na Europa. Em suas viagens buscavam perceber e analisar se as teorias em voga, e que estavam em discussão na época, eram aplicáveis em outras regiões do globo e como elas influenciavam ou sofriam alteração. Como nos fala Rossato, “os investimentos para a organização de uma viagem de circunavegação, ou mesmo para uma viagem individual, eram altos e não se justificam somente pelo interesse científico. Além disso, a pesquisa científica e a comercialização dos resultados adquiridos estavam estreitamente vinculadas”¹⁵.

Essas experiências dos viajantes e os seus relatos são marcados pela visão do “outro”, pela construção de um olhar sobre o “outro” com base no “eu” e no que o “eu” conhecia. Os conhecimentos do “eu” se tornam a base para estabelecer as diferenças com o “outro”, numa relação de alteridade

os conceitos de etnocentrismo e identidade são úteis para pensar em como no contato com o “outro” e no julgamento da cultura alheia o viajante constrói a “si mesmo”, pois a identidade é uma categoria relacional. [...] “cada sociedade humana conhecida é um espelho onde nossa própria existência se reflete”. Assim, quando se estudam relatos de viagens, é necessário atentar para o “universo cultural” do viajante, pois as suas observações podem apontar “mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que [fale] também deste”¹⁶.

Rossato, ao discorrer sobre os relatos dos viajantes, utiliza a metáfora da lupa como característica do olhar do viajante: um modo de observar tudo “em seus mínimos detalhes, mas que, ao mesmo tempo, limitava seu foco à pequena circunferência da lente”¹⁷. Diante desse contexto, podemos considerar o viajante um elo de ligação entre mundos distintos: o antigo continente Europeu e o Novo Mundo, a América; indivíduos ávidos por conhecer e obter informações sobre as áreas que iam sendo desbravadas.

Assim, os relatos de viajantes estrangeiros constituem um importante objeto e fonte de estudo não só da História, mas também de outras áreas do saber. Diferentemente do que foi feito até a década de 1970, esses relatos não podem ser tomados de maneira ingênua e neutra,

14 ROSSATO, 2005a, p.5.

15 ROSSATO, 2005b, p.3,6.

16 JUNQUEIRA, 2011, p.45 *apud* SCHEMES, Elisa Freitas. **A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015 p.1.

17 ROSSATO, 2005a, p.9.



abdicando de análises mais críticas¹⁸. Como documentos-monumentos esse tipo de fonte histórica necessita ser historicizada e contextualizada, uma vez que pertencem à determinada época e cultura e propagam uma intencionalidade desde a sua produção, decorrente das relações de poder na qual estão submersas¹⁹.

Feito esses apontamentos, pretende-se com esse artigo analisar os discursos elaborados por alguns desses viajantes, referentes a Capitania de Santa Catarina, no período entre o final do século XVIII e início do XIX, procurando notar como esses estrangeiros viam a economia local e quais critérios utilizavam nesse exame.

Sob o olhar dos viajantes: a economia da Ilha de Santa Catarina em destaque

A América, mas também outros lugares do mundo, receberam em diferentes momentos expedições e viajantes com as mais diversas finalidades. Alguns desses exploradores eram ligados ao comércio, ou a ordens religiosas ou eram até mesmo cientistas e artistas. Muitos dedicaram-se a relatar, seja por via escrita ou por desenho, o que viam e viviam nesses lugares “exóticos”.

Nesse contexto, no fim do século XVIII e início do XIX, a América foi tema bastante recorrente na Europa²⁰. Foram publicados muitos livros e relatos de viagens, com diversas imagens, pinturas, desenhos, xilogravuras e litogravuras produzidas e comercializadas, tornando as paisagens e os habitantes do Novo Mundo acessíveis para um maior número de pessoas.

Localizada no litoral sul do Brasil, a Ilha de Santa Catarina tinha uma posição estratégica pela proximidade à entrada da Baía do Prata. Com um excelente porto natural e propício para o abastecimento e o reparo dos navios que se encaminhavam ao Prata, a Ilha era passagem obrigatória dos navios europeus, cuja grande maioria optava por atracar nela ao invés do Rio de Janeiro. Ou seja, a Ilha constituía-se como um local privilegiado, ponto de encontro e trocas culturais entre os que por ali passavam. Por isso, foram muitos os viajantes que escreveram sobre a sua estadia na região.

Entre os séculos XVIII e XIX, esses viajantes conheceram e registraram diversos aspectos naturais e humanos da então Capitania de Santa Catarina. Os relatos tendem a retratar especificamente o litoral da capitania, pois os caminhos para outras partes do território

18 LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem**. São Paulo: Edusp, 1997.

19 LE GOFF, Ibidem.

20 SANTOS, ibdem, p.13.



eram escassos e perigosos. Apenas Saint-Hilaire chegou a conhecer outros espaços da capitania. Além das poucas vias interligando as vilas e as péssimas condições em que estavam, outro aspecto que interferiu nessa restrição ao litoral foi o próprio caráter dessas expedições, as quais muitas vezes aportavam na Ilha apenas para se abastecer de mantimentos e seguir viagem, ficando poucas semanas. Há ainda o fato de que na época a Capitania de Santa Catarina estava restrita à uma faixa litorânea e às suas ilhas²¹.

Essa literatura de viagem é extremamente valiosa no passo que “nos fornece a imagem que outros povos fizeram de nós, não raro diferente das ideias que fazíamos de nós mesmos”. Nesses relatos encontramos considerações “sobre a índole de nosso povo, a exuberância da natureza, a beleza das duas baías, a legislação do reino que vedava o comércio com o exterior”, o modo de vida da população, seus costumes locais e principais festas, as doenças, a alimentação e outras coisas mais²².

Na grande maioria desses escritos percebe-se por parte dos viajantes uma exaltação da beleza natural da Ilha, vista por muitos como paradisíaca. A América durante os primeiros anos, da chegada e da colonização, era vista pelos europeus como uma “terra sem mal”, uma terra farta, onde os alimentos cresciam por si mesmos; uma espécie de Éden em oposição à Europa, que estava devastada por guerras e passando por crises populacionais e de alimentos.

Nos relatos, os viajantes ressaltavam as condições climáticas e a fertilidade do solo, onde a natureza tudo dá, sem necessidade de esforço e trato. Mas esse aspecto não se tratava de um fator positivo, pois acabou criando uma sociedade onde o “trabalho e a previdência não eram valorizados”²³

A Ilha de Santa Catarina é notavelmente fértil e poderia, com pouco esforço, tornar-se um local muito produtivo; mas tão grande é a preguiça dos seus habitantes, que muito pouco ou nada é feito por eles, sendo que o próprio gado para consumo deve ser trazido do Rio Grande²⁴.

Essa indolência e preguiça era vista como consequência de uma série de fatores: da fartura da região, do clima tropical e dos descendentes de portugueses e de açorianos. Muitos viajantes acreditavam que essa situação só seria revertida com a vinda de outros povos europeus mais laboriosos e que influenciariam positivamente os habitantes locais. Esse

21 ROSSATO, 2005a, p.19.

22 HARO, Martin Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. 4ª edição. p.11.

23 ROSSATO, 2005b, p.6.

24 SEMPLE LISLE apud HARO, *Ibidem*, p.126.



discurso mais tarde serviu de base para a imigração, na metade do século XIX²⁵. Entretanto, acreditavam que esse baixo desenvolvimento comercial também estava atrelado à ausência de empenho do governo em povoar melhor essas regiões, e torná-las rentáveis.

Para além da curiosidade e da preocupação científica desses viajantes, havia um interesse estratégico e econômico que permeavam os investimentos dessas viagens. Para com a natureza o que vemos é uma dubiedade: ao mesmo tempo que, nos relatos dos viajantes, a Ilha e a sua riqueza animal e vegetal é exaltada e valorizada pela contribuição que fornecem ao desenvolvimento da ciência; o objetivo desse desenvolvimento era uma natureza domada e controlada, e que está à disposição dos interesses capitalistas de produtividade, extração, exploração e lucro²⁶.

Essa preocupação com a produtividade e os lucros advindos da exploração dos recursos naturais vão diretamente ao encontro de uma mentalidade europeia como “vanguarda capitalista”. Essa vanguarda capitalista baseava-se em uma visão extrativista modernizadora, cujos fracassos de ordem econômica estão ligados à recusa de se trabalhar, mas também de racionalizar, especializar e maximizar a produção²⁷

[...] Como os habitantes são proibidos de exportar seus produtos para qualquer outro lugar que não seja o Rio de Janeiro, seu comércio permanece, como anteriormente, na mais miserável das condições. Os artigos mais necessários, que poderiam ser manufaturados aqui em grande quantidade, tais como sabão, alcatrão e outros são tão escassos, que à nossa chegada os habitantes somente nos forneceram provisões em troca desses mesmos artigos. Já ao aportarmos, a árvore dos sassafrás e de óleo de rícino, a planta da qual esse óleo é extraído, podiam ser vistas em toda a parte em grande quantidade; e, ainda assim, o Dr. Espenberg não conseguiu encontrar nem mesmo uma pequena porção desse óleo, embora ele tivesse especial esperança de obtê-lo aqui. Meu carpinteiro, a quem eu havia enviado em busca de troncos para fazer tábuas, encontrou árvores, a uma distância de somente duas milhas de São Miguel, próprias para serem transformadas em mastros para os maiores navios. Eu já disse antes que não se encontra um só comerciante na Vila de Nossa Senhora do Desterro; e, ainda assim se alguns deles viessem aqui se estabelecer sob a proteção do governo, eles não poderiam fracassar, com um mínimo de espírito empreendedor, não importando quão pequeno fosse o capital inicial, não somente garantindo consideráveis lucros para si próprios, como também produzindo os mais benéficos efeitos ao cultivo do solo; e eles logo se achariam em condições de enviar diversos navios ricamente carregados a Portugal²⁸.

25 ROSSATO, 2005a, p.220-221.

26 ROSSATO, 2005b, p.7.

27 PRATT, Mary Louise. Reinventando a América II: a vanguarda capitalista e as *exploratrizes sociais*. In: _____. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999, p. 260-261.

28 KRUSENSTERN apud HARO, *Ibidem*, p.140, 142.



Nessa análise do viajante, a crítica recai sobre o governo português, o qual além de não empregar uma exploração efetiva, proíbe que os habitantes de Santa Catarina comercializem com outras praças que não seja a do Rio de Janeiro.

Comercializando apenas com o Rio de Janeiro, a coroa portuguesa garante apenas para si os lucros adquiridos com a venda desses produtos, mas têm certa desvantagem pois não é capaz de explorá-los de maneira satisfatória, legando a si e aos seus súditos uma situação atrasada e ineficiente.

Essas restrições por parte da administração portuguesa, somadas aos monopólios de comércio, as altas taxas impostas aos produtos e os impostos de importação e exportação; davam brecha para outras contravenções, como o contrabando entre as regiões, aqui com a região do Prata, por exemplo. Todos esses fatores colaboravam para dificultar o comércio e o desenvolvimento regional, bem como o de outros espaços coloniais que não estavam inseridos nessa atividade econômica de larga escala, voltada para o mercado exterior²⁹.

De um ponto de vista liberal, essas medidas atrofiavam o comércio, prejudicando ambas as partes: os colonos, a coroa portuguesa e as demais nações com quem poderiam comercializar, que se veem privadas do uso desses gêneros tropicais. Assim, na visão desses viajantes, a Coroa ao tolher essas permutas, consente e reitera a ideia de uma América como atrasada e negligenciada, circunstância que abre brecha para a justificativa de que os países anglo-saxões, por serem mais experientes e civilizados, seriam os colonizadores ideais e deveriam guiar a colonização.

Essa noção acerca da economia e da administração se relaciona à interpretação de Fernando Novais, para o qual a colonização portuguesa das terras brasileiras foi um desdobramento da expansão comercial, do modelo mercantilista e do Antigo Regime. Para o autor, o processo de colonização era um produto direto da expansão comercial europeia e o povoamento é interpretado para garantir a posse das novas terras; já a descoberta destas tratava-se da busca por novos mercados para o capitalismo mercantil³⁰.

Novais concorda com Caio Prado Júnior quanto a produção/exploração para o mercado europeu, mas difere quando diz que o Antigo Sistema Colonial assumiu a forma do mercantilismo, servindo como uma alavanca para o “acúmulo primitivo de capital”, a partir do exclusivo metropolitano (controle dos fluxos do comércio colonial), da escravidão e do tráfico negreiro (fonte adicional de lucros para a metrópole). Porém, para o autor a expansão

29 ROSSATO, 2005a, p.200.

30 NOVAIS, Fernando A. “A crise do Antigo Sistema Colonial”. In NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.



mercantilista não ocorre a partir de uma estrutura capitalista já existente, mas sim do Antigo Regime. Regime esse, cujos elementos: política mercantilista, expansão ultramarina, capitalismo comercial, sociedade estamental e absolutismo; são interdependentes³¹.

Essa colonização portuguesa começou a manifestar sinais de tensão e que deram origem a chamada “crise do antigo sistema colonial”, termo que Novais utiliza para designar o colapso do antigo regime, na passagem do século XVIII para o XIX. Por fim, ele explica que a crise do sistema é estrutural, de seu próprio funcionamento e não de fatores exógenos. Ela se deu porque a concentração de renda estava na elite senhorial, e grande parte do lucro era transferido para o império lusitano, ficando a colônia com pouco capital disponível, além de apresentar uma estrutura escravista, o que não tornava o processo técnico favorável, portanto era uma economia de baixa produtividade³².

Nesse trecho, a visão do viajante deixa transparecer que havia uma espécie de projeto ou intenção da governança portuguesa em manter os habitantes da Ilha na situação em que estavam, sem melhoramentos na produção e tampouco em instrução, para que não tomassem consciência da penúria na qual viviam

No que concerne às artes, ciências ou instituições públicas, não há muito a esperar aqui. *As ferramentas, os instrumentos mecânicos e aparelhos do serviço de caça ou do campo são imperfeitos e de má qualidade. Todos sofrem sob a pressão de uma forma de governo, cuja inteligência consiste em não esclarecer os súditos, para que estes conseqüentemente, não se tornem fortes e enfrentem o pequeno reino português e afastem de si a pesada carga. Aos empreendedores ou pequenos industriais, que se destacam por seu esforço e de seus concidadãos, são impostas tantas dificuldades que, em vez de estimulá-los ou de apoiá-los, negam incentivos como por exemplo, o caso de um senhor que pretendia abrir uma fábrica de anil e plantou uma imensa gleba de indigueiro e, por falta de apoio governamental, entrou em decadência³³ (grifo nosso).*

Embora os viajantes citem a pluralidade de produtos já cultivados, e também aquelas que podem ser extraídos, reafirma o atraso da tecnologia e das ferramentas que eram mais antigas e menos eficientes às que se tinham na Europa.

A administração portuguesa era falha porque “os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não receberam ajuda, e a tirania do governo português pesou por muito tempo sobre eles”³⁴. Ela era a responsável por não incentivar e investir naqueles que

31 NOVAIS, Ibdem.

32 NOVAIS, Ibdem.

33 LANGSDORFF apud HARO, Ibdem. p.178.

34 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 134.

buscavam desenvolver novas áreas de produção. Isso era uma amostra de como a política/estratégia portuguesa era duplamente retrógrada. Primeiro porque bloqueando o comércio da Ilha com outras nações, impedia-se um melhor aproveitamento dos recursos naturais, conseqüentemente os lucros ganhos também eram menores, o que prejudicava os habitantes locais e privava o restante dos países europeus de terem acesso a esses novos produtos. Em segundo lugar, dentro da lógica capitalista, na qual estando os habitantes da ilha impossibilitados de negociar seus produtos, eles também não poderiam comprar mercadorias vindas da Europa, a menos que fossem intermediadas pelos portugueses. Ou seja, essa restrição era um entrave para o mercado europeu. Em linhas gerais, nessas condições a região continuaria, na previsão desse viajante, muitos anos ainda entregue à inércia econômica.

O viajante Saint-Hilaire coloca que a decadência da região estava diretamente ligada à política do Estado Português: 1) ausência de estradas; 2) obrigação do serviço militar aos habitantes da ilha, o que dificultava que cuidassem das lavouras e; 3) prática recorrente do governo em apoderar-se das colheitas dos agricultores sem ressarcir-los³⁵.

Visualizando esses entraves, o discurso liberal propagado por esses viajantes, apregoava a transformação da região numa área de produção econômica eficiente, onde a população seria transformada de uma massa indolente e preguiçosa, em mão de obra assalariada e mercado para os bens industrializados que vinham da Europa³⁶.

Dessa maneira, Novais argumenta que é verídica a noção de que as colônias forneciam produtos e matérias-primas para a metrópole, mas Portugal não era capaz de explorá-las com eficiência, justamente porque não investia e não transformava essa produção colonial em mais lucro, no caso bens manufaturados, que a permitiria explorar eficazmente o território brasileiro. Nessa interpretação, colônia e metrópole retardavam a sua industrialização, e distanciavam-se cada vez mais dos países Europeus em processo de modernização industrial. Em suma, ao funcionar plenamente o sistema criava condições para a crise e para a sua superação, porém Portugal não soube aproveitá-la. Assim, teriam sido as necessidades da Revolução Industrial que trouxeram o fim do sistema colonial³⁷.

Diferente das guerras antigas, movidas por pretextos políticos, a expansão europeia na Idade Moderna foi uma reação ao comércio. Isso nos permite observar que se para os gregos e romanos a distinção entre bárbaros e cidadãos era pautada nos costumes, para os modernos do

35 SAINT-HILAIRE. *Ibidem*, p. 178.

36 PRATT, *Ibidem* p.267.

37 NOVAIS, *Ibidem*.



século XVIII a diferenciação entre selvagens, bárbaros e homens civilizados é o desprezo pelo comércio e pelas atividades a ele relacionadas³⁸.

Essa ideia de estágios “evolutivos” da sociedade estava embasada na concepção e na mentalidade da época (séculos XVII a XIX), que as distinguiu em 3 etapas: 1) as sociedades selvagens, cujo estilo de vida assemelhar-se-ia aos coletores-caçadores; 2) as sociedades bárbaras, que tinham domínio da agricultura e do pastoreio; e 3) as sociedades civilizadas. Ser uma sociedade civilizada significava atingir o comércio, adotar o Estado de Direito, e viver com prosperidade e bem-estar material e social. Assim, o progresso passa a ser entendido como processo de civilização. Consequentemente, civilização vira um critério avaliador da formação dos povos, que se opõe à selvageria e à barbárie³⁹.

Dessa forma, a intervenção naquelas sociedades que não eram “civilizadas”, justificava-se pelos europeus pela intenção que tinham de “civilizar” e colonizar esses espaços, pois “prepondera uma concepção de que instruir e civilizar são formas de inserir os indivíduos no processo de “modernização” das sociedades ocidentais”⁴⁰. Ou seja, uma das justificativas para o expansionismo foi a de que estariam tirando esses indivíduos do estado de barbárie⁴¹, pois “civilizar é também formar a razão e a moral dos povos”, ou seja, seu esclarecimento.

Essa noção se relaciona a atitude do governo português, cuja restrição comercial imposta à Capitania de Santa Catarina só beneficiava a Coroa Portuguesa, e ainda assim de maneira improdutiva, desperdiçando o potencial da região, prejudicando os atores envolvidos. Em suma, essa atitude revelava o pouco esclarecimento que imperava em Portugal.

O quanto Portugal subestima as vantagens que poderá obter de suas colônias nesta parte do mundo é um fato por demais conhecido para merecer repetição. De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez aquela que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil e seus valiosos produtos⁴² (grifo nosso).

Os viajantes registram como se Portugal não percebesse o que acontecia nessa parte do território colonial. A metrópole estaria tão focada na exploração da monocultura no Norte e Nordeste do Brasil que seria negligente com as demais regiões e áreas fronteiriças do

38 PIMENTA, Pedro Paulo. A história filosófica contra Rousseau. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Out 2017, v. 22; n. 3, p.92.

39 Idem. Refinamento e civilização: ou como se colocar à altura de seu tempo. In: _____. **A imaginação crítica: Hume no século das luzes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013. p. 123-134.

40 SILVA, Sidney Reinaldo. **A civilização contra a tradição no projeto iluminista de Condorcet**. 2007. p.3.

41 Lembrar-se da expressão: “Não apresentavam nem Lei, nem Rei.

42 KRUSENSTERN apud HARO, Ibidem, p.138-139.



território. A coroa portuguesa parece só se dar conta da importância estratégica às terras do Sul e da Ilha de Santa Catarina após a invasão dos espanhóis (em 1777), passados dois séculos da chegada dos Europeus. E o viajante continua o relato dizendo:

Qualquer nação que se empenhasse em conseguir a posse desta colônia, poderia fazê-lo tão facilmente como os espanhóis o fizeram em 1777, sem necessitar de maiores armamentos: entretanto a impossibilidade de estabelecer uma colônia duradoura aqui, sem ter ao mesmo tempo a posse de alguma parte da costa continental próxima, impedirão a qualquer um de tentar uma conquista tão inútil⁴³.

No trecho, o viajante observador chega a assumir uma “estratégia da inocência”⁴⁴, ao sugerir delicadamente que a tomada da Ilha não seria um empreendimento demorado e custoso, mas alerta que caso venha a ser conquistada, faz-se necessário ocupar uma parte continental da Capitania.

A Capitania de Santa Catarina embora não estivesse ligada diretamente ao comércio exterior, tinha uma participação bastante importante no abastecimento das regiões agroexportadoras e do Rio de Janeiro. Além da atividade agrícola, praticava-se a pesca da baleia, a confecção de utensílios em barro para armazenar água e alimentos, fabricação de tecidos, trabalho em madeira e couro. Atividades estas que eram praticadas não apenas na Ilha de Santa Catarina, mas por todo o litoral do continental que pertencia a capitania. Logo, com finalidades estratégicas e econômicas fazia-se necessário expandir o domínio para além da Ilha. Esse aspecto era importante também para o abastecimento, guarnição, proteção e legitimação desta possessão no Novo Mundo.

Conclusão

Os relatos de viajantes constituem uma importante fonte de pesquisa e de informação sobre a Ilha de Santa Catarina durante o período colonial e início do período Imperial. Muito populares na Europa, eram uma leitura útil, instrutiva e agradável, que possibilitava interpretações variadas, estabelecendo relação entre o conhecido e o desconhecido, entre o próximo e o distante, entre o geral e o particular; além de servirem a interesses científicos, econômicos e estratégicos⁴⁵.

43 KRUSENSTERN apud HARO. Op. Cit.

44 “Conceito empregado por Mary Louise Pratt que consiste em paradigmas narrativos onde o sujeito europeu é mais passivo e reacionário do que agressivo e proativo”. Ver mais em ROSSATO, 2005a, p.16.

45 ROSSATO, 2005a, p.10.



Nesse exercício de observação, os viajantes erigiam um discurso baseado numa diferenciação que reforçava seus próprios valores e sua cultura. Assim criava-se uma hegemonia por parte desses estrangeiros, para os quais a sua cultura é que deveria ser seguida e difundida⁴⁶. Nos trechos citados acima, pode-se perceber uma visão do “outro” fortemente marcada por parâmetros oriundos de sociedades urbanas e em processo de urbanização, caracterizadas pela valorização da atividade comercial altamente produtiva, exploratória e lucrativa, o que permite chamar esses viajantes de uma “vanguarda capitalista”.

Essa visão de mundo se relaciona com o aumento de poder da burguesia e a sua ascensão como novo centro social, que provocou um reajuste na forma da escrita. Para essas sociedades em ascensão, de onde vinham essas viajantes, o comércio e uma exploração eficiente das riquezas da terra adquire um papel central, como critério indicador do nível de desenvolvimento das sociedades. Uma sociedade civilizada seria resultado do progresso econômico, do avanço científico e tecnológico, visto que esses elementos são fundamentais por impor o Estado de Direito, os valores reguladores e manter a soberania nacional.

Quando os viajantes descreviam os trabalhos e as atividades desenvolvidas na Capitania de Santa Catarina, de modo geral falavam da pouca tecnologia existente, da diversidade de produtos que a região produzia e da dificuldade de comercializá-los. Se relacionarmos isso aos elementos característicos de uma sociedade civilizada, veremos que na visão desses viajantes imperava uma má administração e um descaso da Coroa Portuguesa para com essa parte do território tão rica, tão exuberante e tão fértil.

Referências

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Relatos de viagem**: reflexões sobre seu uso como fonte documental. Apresentação no seminário interno do Projeto Temático - Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX), 2009.

HABERMAS, Jürgen. Estruturas Sociais da esfera Pública. In: _____. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015, p. 135-183.

HARO, Martin Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996. 4ª edição. 236p.

LE GOFF. Documento/Monumento. In. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992. Pp.535-553.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem**. São Paulo: Edusp, 1997.

46 ROSSATO, 2005a, p.214.



NOVAIS, Fernando A. “A crise do Antigo Sistema Colonial”. In NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 57-116.

PIMENTA, Pedro Paulo. A história filosófica contra Rousseau. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Out 2017, v. 22; n. 3. pp.91-106.

PIMENTA, Pedro Paulo. Refinamento e civilização: ou como se colocar à altura de seu tempo. In: _____. **A imaginação crítica: Hume no século das luzes**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013, p. 123-134.

PRADO JÚNIOR, Caio. “O sentido da colonização”; “Organização social”. In PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia [1942]**. São Paulo: Brasiliense, 1997, pp. 19-32; pp. 269-297.

PRATT, Mary Louise. Reinventando a América II: a vanguarda capitalista e as exploratrizes sociais. In: _____. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, EDUSC, 1999, p. 249-293.

RICOEUR, Paul. “Fase documental: a memória arquivada”. In **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. Pp.155-193

ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)**. Dissertação. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005a. 284p.

ROSSATO, Luciana. **A natureza da Capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978

SANTOS, F. V. dos: **"Brincos de ouro, saias de chita"**: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). História, Ciências, Saúde — Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005.

SCHEMES, Elisa Freitas. **A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

SILVA, Sidney Reinaldo. **A civilização contra a tradição no projeto iluminista de Condorcet**. 2007. Disponível em <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/civilizacao-contra-tradicao-no-projeto-iluminista-de-condorcet> Acessado em 1º de junho de 2019.



Recebido em 26 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 12 de setembro de 2020.

